

Discurso – do encerramento da Revisão Conjunta 2008, 30 de Abril de 2008

Sua Excelência, Ministro da Planificação e Desenvolvimento,
Todos os Ministros presentes,

Membros do Governo da República de Moçambique,

Caros colegas do Corpo Diplomático,

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Com a conclusão do processo de Revisão Conjunta, chegamos ao fim da presidência da Noruega na Troika. Quero aproveitar para exprimir o nosso muito obrigada pela cooperação de todos. Queria também dar as boas vindas a Finlândia como novo membro da Troika e dizer adeus a equipa dos Países Baixos que fez um excelente trabalho durante os três anos na Troika. Frans, Jolke e Paul: Muito obrigado!

Enquanto o meu colega da Irlanda, na sua intervenção, irá destacar os principais desafios que temos que encarar futuramente, eu, pela minha parte, realçarei os objectivos alcançados em 2007. Gostaria de fazer lembrar que no ano passado mencionei que a confiança dos parceiros reside na capacidade do Governo de alcançar os seus objectivos e de demonstrar resultados.

O desempenho do Governo em 2007 demonstra resultados sólidos em muitas áreas mas existem também áreas sobre os quais é necessário prestar maior atenção para alcançar os objectivos definidos no PARPA II

(dois). Das 41 indicadores e metas atingiram-se 23 das metas em 2007 e a conclusão da Revisão Conjunta 2008 é que existe uma base suficiente para os PAP continuarem a dar apoio orçamental. As decisões sobre o nível dos compromissos para o orçamento 2009 serão comunicadas quatro semanas depois do encerramento da Revisão Conjunta.

O desempenho foi bom em relação à estabilidade macroeconómica e em relação à Gestão das Finanças Públicas. Os maiores desafios nessa área são ligados à subida sistemática do preço internacional do petróleo e dos preços dos produtos alimentares básicos - factores que aumentam o custo de vida e afectam particularmente a camada mais pobre da população. Embora exista uma tendência positiva em relação à redução da pobreza, há também percepções e claras indicações de um fosso cada vez maior entre os privilegiados e os mais pobres na sociedade moçambicana e de uma vulnerabilidade significativa nas camadas mais desfavorecidas da sociedade. Como nos estamos a aproximar-nos do fim do período do PARPA II, estamos cada vez mais atentos sobre os resultados e os impactos deste plano. Por várias razões, entre outras o baixos níveis de emprego, fazem com que as camadas da sociedade mais desfavoráveis não conseguem tirar proveito do crescimento económico do país. Isso é preocupante e o dia 5 de Fevereiro 2008 gravar-se-á na nossa memória e fazer-nos-á lembrar da necessidade de criar maior equidade na sociedade. Para fazer face à redução da pobreza nós gostaríamos de encorajar maior coordenação interministerial na elaboração duma estratégia de desenvolvimento agrícola. Uma tal estratégia devia ser baseada na pesquisa agrícola, e tomar em consideração as opções políticas e os diferentes papéis que o Governo possa ter na promoção de por um lado os pequenos “smallholders” e por outro lado os agricultores comerciais.

A reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o Estado Moçambicano em 2007, abre uma nova etapa no desenvolvimento do potencial hidroeléctrico. Para além dos recursos de hidroenergia, o país tem muitos recursos naturais (minerais, petrolíferos, florestas, agrícolas, entre outros) que criam um potencial em relação ao desenvolvimento económico e à criação de emprego. Neste contexto concordamos sobre a necessidade de desenvolver um quadro legal para as parcerias público-privado, adoptar medidas e instrumentos que estimulem a criação de empregos, desenvolver maior capacidade de gestão dos recursos naturais e melhorar a selecção, negociação e monitoria dos projectos para que o próprio país possa tirar proveito desses recursos. Espera-se que maiores esforços nessa área trarão projectos que sejam concessionados de forma transparente, competitiva e consoante o quadro legal.

Reconhecendo os esforços feitos por lado do Governo em relação ao combate à corrupção, os parceiros encorajam o Governo a envidar esforços redobrados na luta contra a corrupção. Não obstante a aprovação nos últimos anos da legislação anti-corrupção, a Estratégia Nacional e planos de acção nacional e sectoriais anti-corrupção, os parceiros ainda não verificam o desejado grau de implementação e aplicação destes instrumentos. A Revisão reconheceu a necessidade de ajustar a legislação nacional às Convenções Internacionais que são ratificadas.

A não eliminação da noção de impunidade pode ser um problema político tanto ao nível do país como ao nível dos constituintes dos parceiros. Neste contexto, a falta de progresso nos processos criminais

em relação ao seguimento da auditoria forense do Banco Austral representa uma preocupação recorrente dos parceiros. Na luta contra a corrupção os parceiros querem realçar que a falta de transparência não só cria espaço para conflitos de interesse entre ofícios públicos e interesses comerciais – mas também levanta percepções de corrupção na sociedade moçambicana.

Os índices de prevalência de HIV/SIDA continuam muito altos e com uma tendência crescente, com destaque para a região sul do país onde a prevalência é mais do que 20% no grupo etário 15-49 anos. Embora muitos esforços tenham sido feitos até à data há necessidade de ampliar a escala, a qualidade e a eficácia da resposta nacional com destaque para a prevenção.

A avaliação do desempenho dos PAP mostra um desempenho misto, com melhorias em algumas áreas mas com um fraco desempenho noutras áreas. Apesar de melhorias de alguns PAP, o desempenho em geral foi baixo quando comparado com o ano de 2006. Salientam-se como os maiores desafios os de (i) melhorar a fiabilidade dos nossos compromissos em relação aos projectos - eliminando as divergências entre os compromissos e os desembolsos nos projectos; (ii) maior uso dos sistemas do Governo em relação à Gestão das Finanças Públicas, quer dizer na orçamentação, execução e prestação de contas, e; (iii) a redução da quantidade de missões.

Em nome do grupo de 19 dezanove Parceiros de Apoio Directo ao Orçamento do Estado, (o grupo dos PAPs), e pela ocasião do encerramento da Revisão Conjunta 2008 queria exprimir a minha satisfação em relação ao processo, que este ano correu muito bem.

Estamos, acho eu, a melhorar cada vez mais a nossa parceria, o nosso diálogo e o nosso trabalho conjunto. Ao longo do ano passado o diálogo político era franco, aberto e até às vezes mais informal. Pessoalmente acho que nos aproveitámos dessa abertura que permite-nos compartilhar tanto os bons resultados como as preocupações. Estou a fazer o discurso da parte dos PAP pela última vez, mas acredito que o nosso diálogo continuará a ser aberto e franco e que nos continuaremos a colher os frutos da nossa parceria.

O meu muito obrigado a todos que colaboraram para realizar a Revisão Conjunta 2008 e também aproveitar para fazer votos de uma boa continuação da nossa parceria em prol do desenvolvimento do país.

Finalmente, queria convidar-lhes todos a um concerto da música “moçambi-guesa”, o resultado duma cooperação entre a companhia nacional de canto e dança de Moçambique e o Instituto Superior de Arte da Noruega. O mini-concerto vai se realizar fora da sala de reunião durante a conferência da imprensa e antes do almoço. Sejam todos bem vindos!